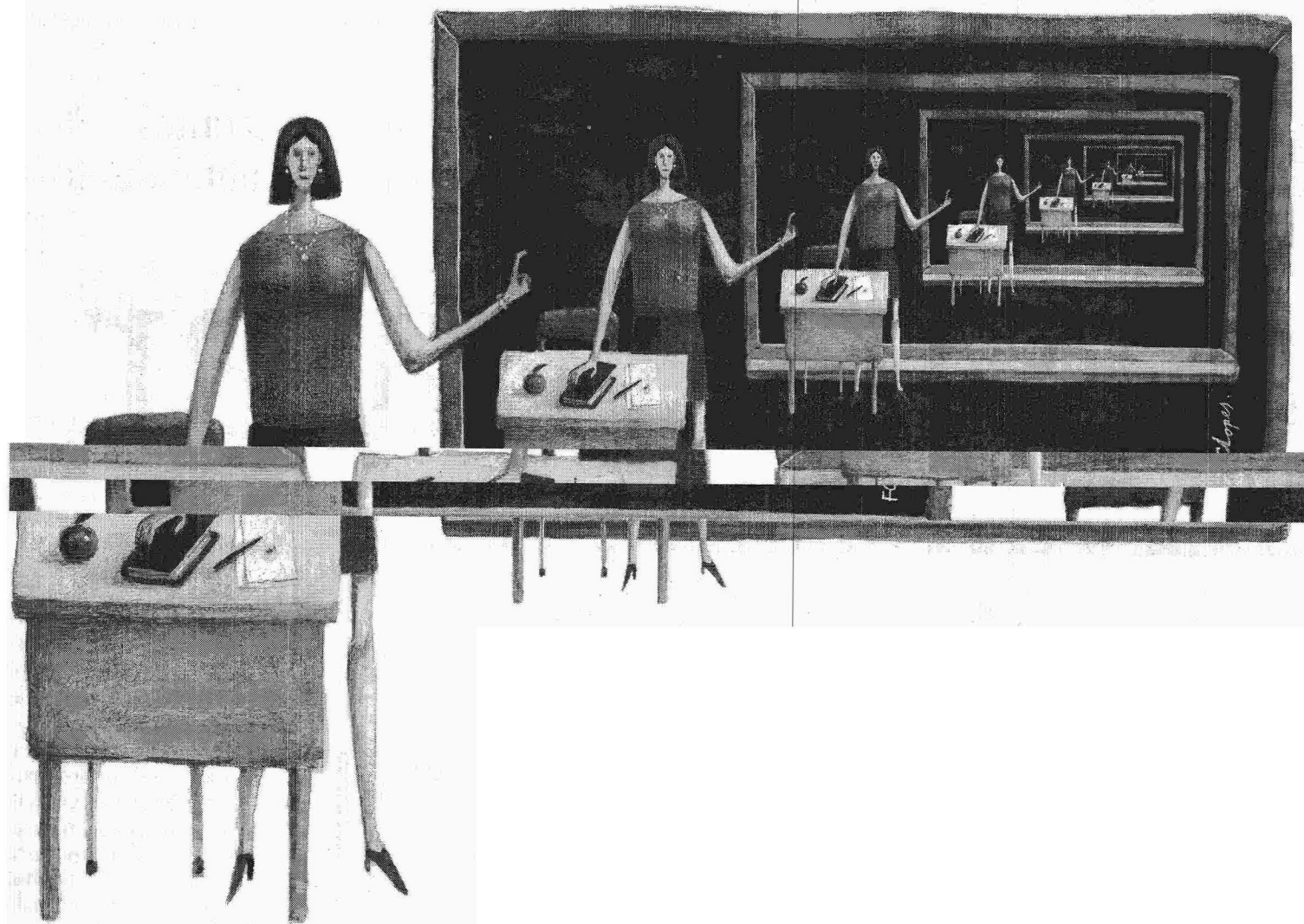


Educação de qualidade no DF: como atingir?



FRANCISCO HEITOR DE MAGALHÃES SOUZA

Mestre em ciências sociais aplicadas à educação, pela UnB, e doutor em educação e ciências sociais, pela PUC/SP

Atualmente, no Distrito Federal, grandes obstáculos ao desenvolvimento mais intenso e acertado da educação decorrem dos procedimentos de gestão utilizados por parte significativa de dirigentes escolares. A “cultura invertida” dos processos gerenciais é a tônica. Nesse tipo de cultura praticamente não existe a compreensão, por parte dos dirigentes, do significado da instituição pública nem da função gestora nem, tampouco, dos caminhos oferecidos pelas relações e ações democráticas.

No artigo 206, incisos V, VI e VII, a Constituição brasileira de 1988 estabeleceu entre os princípios que regem a educação e o ensino brasileiros: a valorização docente, a gestão democrática e a qualidade dos processos educativos. Em 1996, a Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), regulamentou o dispositivo constitucional. Os artigos 13, 14 e 15 estabelecem que os profissionais docentes, os professores, são catalisadores do processo educacional.

Inverter ou desrespeitar esses preceitos legais significa dizer que: sem a participação dos professores, não é legal nem possível que a escola desempenhe regularmente ou garanta sua função. Quando os preceitos são desrespeitados, contempla-se possibilidades de

se adotar práticas clientelistas, patrimonialistas ou ainda, de compadrio, por vezes frequentes em nossas escolas. Abre-se, desse modo, espaço para a deterioração do sistema educacional, do qual passam a fazer parte a violação das regras de convivência social legalmente acordadas, estabelecendo-se o primado da contravenção e, por vezes, do assédio moral e da violência.

Tendências recentes, no que concerne à gestão escolar, vêm-se consolidando nos meios educacionais do DF no sentido de se promover a participação efetiva dos professores, incorporando-os aos processos gestores, por meio de concurso interno prévio e de consulta à comunidade escolar, que se manifesta por intermédio da indicação de nomes habilitados a desenvolver a gestão das unidades escolares.

A gestão é atividade organizacional-articuladora, desenvolvida por indivíduos qualificados para promover o avanço da instituição gerida. A gestão participativa vai além, exige compartilhamento, que é a atitude do gestor em atuar como representante e parte do grupo no qual atua, dando-lhe satisfação, permanentemente. Exige, ainda, um perfil do gestor democrático, qual seja: indivíduo que possua clareza da necessidade da aquisição constante de conhecimentos, da necessidade de atribuir e dividir responsabilidades, e de que sua função é temporária.

Em nosso meio educacional, hoje, no DF, essa parece ser uma tendência que busca o

cumprimento da legislação nacional da educação, visando defender a elevação da qualidade dos processos educacionais.

A qualidade da educação que tanto se fala hoje e que se tornou objetivo de governo, condicionando os projetos e o financiamento da educação, diz respeito à elevação dos níveis e exigências dos processos e dos produtos desenvolvidos na atividade educativa. É atingida por meio da disseminação dos conteúdos de conhecimento e de tecnologias, segundo os rigores da ciência, e pela adoção de processos de gestão e de avaliação socialmente efetivos. Sua finalidade é elevar os padrões das relações sociais, democratizando o saber, visando humanizar a sociedade.

Nesse contexto, os professores devem ser partícipes e estar comprometidos com a educação, pois — além dos recursos aplicados e dos projetos desenvolvidos na área — com o apoio fundamental da comunidade educacional, constituem-se nos pilares centrais, da instituição educativa e, portanto, de sua gestão.

Em suma, os professores representam a condição e também são a ferramenta principal de melhoria da qualidade dos processos e produtos educacionais. Sem sua valorização e o respeito devido às condicionantes do processo, não ocorrerão alterações positivas na escola do DF. Continuarão a proliferar os arremedos pontuais, paliativos, dessa forma impedindo a mudança e conseqüente evolução dos padrões de qualidade de nossa educação.